

O populismo em perspectiva: usos e abusos de um conceito¹

Marco Antônio Machado Lima Pereira²

Resumo: Neste artigo iremos abordar, mesmo que de forma concisa, o fenômeno do populismo na perspectiva de alguns historiadores e cientistas sociais, uma vez que o debate sobre os usos e abusos do conceito de populismo – seja para compreender e explicar a vida política brasileira ou latino-americana – ainda parece ocupar um papel relevante na comunidade acadêmica. Portanto, nossa proposta será discutir a contribuição de alguns pesquisadores no trato da temática do populismo. À luz da literatura concernente ao tema, nosso ponto de partida reside numa pergunta aparentemente simples, embora não isenta de controvérsias teóricas: é possível trabalharmos o fenômeno “populismo” enquanto conceito e/ou categoria de análise?

Palavras-chave: populismo, conceito, “teoria explicativa”, cultura política.

The populism on perspective: the uses and abuses of a concept

Abstract: In this article we are going to deal with, although concisely, the phenomenon of populism under the point of view of some historians and social scientists, once the debate about the uses and abuses of the concept of populism – both to understand and explain the political life in Brazil or Latin-America- still seems to play a relevant role in academic community. Therefore, our proposal will be to discuss the contribution of some researchers in their handling of the subject matter of populism. Through the literature regarding the subject, our starting point lies on an apparently simple question, although not free from theoretical controversies: is it possible for us to work with the phenomenon of populism as a concept and/or a category of analysis?

Key-words: populism, concept, “explanatory theory”, political culture.

¹ A primeira versão deste texto foi originalmente escrita como trabalho final para a disciplina “Cultura política, processos sociais e modernização na América Latina”, ministrada no primeiro semestre de 2008 pelo Prof. Dr. Alberto Aggio na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Franca).

² Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestrando em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Franca). Linha de pesquisa: História e Cultura Política. E-mail: mamlpereira@hotmail.com

I. Angela de Castro Gomes: a trajetória acadêmica do conceito e o “pacto trabalhista”

Mesmo consciente dos riscos que recaem sobre aqueles que pretendem se enveredar no estudo do populismo no Brasil, a historiadora Angela de Castro Gomes assume uma abordagem historiográfica para encarar a temática do populismo. Dito isto, como bem assinala a autora, cumpre-nos acompanhar a trajetória do conceito de populismo (leia-se aqui conceitos “como construções teóricas elaboradas para compreender fenômenos da realidade social e que podem ser datadas e contextualizadas”) na produção acadêmica brasileira, seja no campo da história e mesmo no das ciências sociais. Com o fito de perscrutar a construção de tal trajetória, Gomes adota como baliza temporal os anos 1950-1990. Segundo a historiadora, o objetivo central de suas reflexões “é procurar identificar e delinear as principais propostas elaboradas para conformar a categoria na experiência brasileira, situando tão-somente alguns contextos, autores e textos” (GOMES, 2001, 20). Não obstante, o que explicaria o “compartilhamento”, a “plasticidade” e a “solidificação” do conceito seria seu deslizamento do espaço acadêmico da história e das ciências sociais para uma retórica popular, presente tanto nos meios de comunicação de massa como no senso comum da população (GOMES, 2001, 20). Em resumo, para acompanhar com acuro a trajetória do conceito não poderíamos ignorar sua apropriação mais ampla, “já que ela mesma passa a atuar como força de pressão e conformação dos debates que se desenvolvem sobre sua utilização de forma abrangente” (GOMES, 2001, 21). Como resultado de um esforço de periodização do conceito, Gomes assinala como ponto de partida deste processo a criação do “Grupo de Itatiaia”, criado em 1952 e que aglutinava alguns intelectuais (como o sociólogo Hélio Jaguaribe) que almejavam discutir os principais problemas de ordem política, econômica e social relacionados ao desenvolvimento do país. Chama atenção a preocupação do grupo supracitado com o surgimento do fenômeno “populismo” na política brasileira, visto que como uma espécie de “vanguarda esclarecida”, estes intelectuais buscavam identificar e

equacionar certos problemas estratégicos e, por conseguinte, criar projetos políticos capazes de solucionar tais problemas. Vale destacar que em 1953 o grupo cria o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), contando com a revista “Cadernos do nosso tempo” (berço da ideologia nacional-desenvolvimentista) como meio para divulgar suas principais reflexões em relação aos problemas brasileiros. O que se ressalta no artigo “Que é o ademarismo”, publicado nesta mesma revista no primeiro semestre de 1954, é a projeção do político paulista Adhemar de Barros como candidato à presidência em 1955 e a falta de esforços em conceituar o fenômeno “populismo” nas condições brasileiras. Cabe salientarmos o seguinte: esta formulação inicial do fenômeno populista na política brasileira irá marcar as formulações posteriores, sobretudo no esforço coletivo empreendido pelo campo das ciências sociais. Destarte, no que concerne à emergência/caracterização do populismo o artigo aponta para a

[...] construção do modelo, bem como o perfil dos atores que o integram: um proletariado sem consciência de classe; uma classe dirigente em crise de hegemonia; e um líder carismático, cujo apelo subordina instituições (como o partido, embora com ele conviva) e transcende fronteiras sociais (de classe e entre os meios urbano/rural) (GOMES, 2001, 25-26).

Na esteira dessas formulações iniciais a respeito do fenômeno populista, este deveria ser entendido como uma manifestação emblemática da transição dos países latino-americanos de uma fase de economia dependente (base agrário-exportadora) para uma fase moderna de expansão urbano-industrial, marcada pelo advento das massas populares. Já no início da década de 1960, com o surgimento de figuras importantes no cenário político brasileiro como João Goulart, Leonel Brizola e Miguel Arraes, a tônica do debate sobre o populismo coaduna-se a uma nova agenda de investigações, tendo em vista explicar as razões para o golpe militar de 1964. Deste modo, de acordo com autora, é neste contexto intelectual e político que uma interpretação (o “ciclo populista”) é delineada: “as causas do golpe deitavam raízes no

esgotamento da experiência populista, que passa a possuir uma clara periodização. Ela tem início em 1930, quando eclode o movimento militar liderado por Vargas, e se conclui em 1964, quando do movimento militar que depõe João Goulart” (GOMES, 2001, 27).

Analisando a proposta interpretativa de Francisco Weffort³, Gomes assinala que para este autor – talvez o mais importante teórico do populismo no Brasil – o populismo é o produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira a partir de 1930, e que se manifesta ora como estilo de governo ora como política de massas. De acordo com esta formulação, a relação compromisso/apelo às massas seria um recurso empregado por lideranças políticas para conferir legitimidade em conjunturas de crise de instabilidade e de incertezas políticas. Por conseguinte, Weffort emprega a categoria “manipulação populista” para descrever a relação entre líder e massas, “mas como possuidora de uma intrínseca ambigüidade, por ser tanto uma forma de controle do Estado sobre as massas quanto uma forma de atendimento de suas reais demandas” (GOMES, 2001, 34). Esta dimensão do “mascaramento” é enfatizada por Weffort, pois há que se ressaltar a fragilidade dos trabalhadores em termos numéricos e políticos e, ademais, pela ausência de tradições de luta. Não só: o populismo deveria ser analisado a partir de uma certa perspectiva, já que o impacto da política nos moldes “populistas” é aqui experimentado de maneira distinta, ou seja, como acesso à participação política e social. Modelos de interpretação do populismo como política de manipulação de massas trazem para o primeiro plano da análise a relação assimétrica de poderes entre Estado e classes populares, pois as massas ou setores populares, “não sendo concebidos como atores/sujeito nesta relação política, mas sim como destinatários/objeto a que se remetem as formulações e políticas populistas, só poderiam mesmo ser manipulados ou cooptados (caso das lideranças), o que significa precipuamente, senão literalmente, enganados ou ao menos desviados de uma opção consciente” (GOMES, 2001, 35). No limite, há para

³ Raízes sociais do populismo em São Paulo (1965). Estado e massas no Brasil (1967). O populismo na política brasileira (1978).

Weffort uma incompatibilidade entre transformações econômicas e mobilização social, de um lado, e manutenção institucional da democracia, de outro.

No final dos 1970 e início dos anos 1980, dentro do quadro da chamada crise dos paradigmas “totalizadores” (funcionalismo, estruturalismo e marxismo) no campo das ciências humanas e sociais, podemos situar a crescente insatisfação “com o uso do conceito e o início de um esforço mais sistemático no sentido de elencar as questões teóricas e históricas que, nesta abordagem crítica, ele obscureceria” (GOMES, 2001, 43). Isto posto, tal período ainda revela uma busca por novos ângulos interpretativos às transformações pelas quais a sociedade brasileira vivenciava. Exemplo significativo desta nova busca é o próprio trabalho da historiadora Angela de Castro Gomes, intitulado *A invenção do trabalhismo*. Empregando a designação “pacto trabalhista” – embora a idéia de pacto enfatize a relação entre atores desiguais – com o intuito de repensar as relações construídas entre Estado e classe trabalhadora a partir do Estado Novo, Gomes postula o abandono do conceito de populismo (rejeitando seu conteúdo básico), propondo um afastamento da seguinte formulação: “as idéias de uma classe trabalhadora ‘passiva’ e sem consciência, sendo manipulada por políticos inescrupulosos que a ‘enganavam’, e que não tinham, na verdade, representatividade política e social” (GOMES, 2001, 55). Em outras palavras, se por um lado a lógica deste pacto deveria ser compreendida numa perspectiva temporal ampla (período pré e pós-930) para captarmos as experiências vivenciadas pela classe trabalhadora e pelo Estado, de outro, nos facultaria a possibilidade de questionarmos “uma forte interpretação que explicava o sucesso populista como o resultado de um cálculo utilitário em que ganhos materiais eram trocados por obediência política, claramente referida à dimensão da manipulação” (GOMES, 2001, 47-48). A par disso, “o trânsito que a categoria populismo possui na cultura política do país e os processos de seu ‘deslocamento’ da linguagem acadêmica para o vocabulário da mídia e da população estão a nos desafiar e a merecer reflexões” (GOMES, 2001, 57).

II. Alberto Aggio: o duplo destino do conceito e a “revolução passiva”

Segundo o historiador Alberto Aggio, o século XX latino-americano foi marcado pela emergência das “massas” na vida política. Dito isto, cumpre frisar que “o significado da expressão ‘massas’ derivou, na sociedade latino-americana, muito mais da identificação da ação ou da simples existência daqueles setores sociais que se encontravam alijados dos sistemas políticos nacionais, isto é, deslocados integralmente do campo de possibilidades de direitos” (AGGIO, 2003, 139). Contextualizando tal momento histórico, o autor assinala que o advento das massas no cenário político latino-americano, processo que adquiriu um notável impulso nas primeiras décadas do século XX, esteve estreitamente vinculado aos processos de modernização econômico-social (“ondas modernizadoras”) que se instauraram em algumas partes do continente a partir do final do século XIX. Importante sublinhar o quadro traçado pelo autor no que tange às principais leituras e interpretações a respeito da vida política latino-americana, em que o populismo tem sido apresentado como um dos temas mais complexos e intrincados que desafiam não só os intelectuais latino-americanos, como também pensadores renomados de outros países, sobretudo em virtude da dificuldade em defini-lo conceitualmente. Aggio não aponta uma saída otimista para o “labirinto” do populismo, pois “com todas as dificuldades que se apresentaram e ainda se apresentam no campo da investigação sobre o tema, não poderíamos, de forma alguma, imaginar uma definição completa, precisa e definitiva sobre o fenômeno” (AGGIO, 2003, 144). Em síntese, o populismo foi utilizado na América Latina para caracterizar: 1) “fenômenos políticos que se notabilizaram pelo ‘carisma’ de certas lideranças políticas do continente”; 2) “uma determinada ideologia ou um movimento social específico que mobilizava massas populares de forma difusa e instrumental”; 3) “uma reação popular à modernidade ocidental”; 4) “fenômeno pré-democrático derivado da inexperiência política que caracterizava o conjunto da sociedade latino-americana; 5) “uma atitude mental de segmentos sociais advindos do

campo e inadaptados à vida social urbana e moderna que se estruturava acentuadamente em importantes países da América Latina” (AGGIO, 2003, 145). Como bem observa o autor, todas essas leituras e interpretações chamaram atenção para a necessidade da construção de um conceito que fosse capaz de expressar e, ao mesmo tempo, explicar uma realidade política que se concebia como própria da América Latina, isto é, o fato de que a emergência de massas (em sua acepção política) na vida política latino-americana havia adquirido traços singulares e particulares em relação ao continente europeu. Com o propósito de diagnosticar a ultrapassagem da forma política de domínio oligárquico na América Latina em direção a um novo conjunto de experiências político-sociais, a historiografia e as demais ciências sociais (latino-americanas ou não) denominaram este processo como “populista”, visto que as práticas políticas passaram a se estruturar em torno do “apelo direto dos governantes ao povo, eliminando as ‘formas de representação política habituais no Ocidente’”. (AGGIO, 2003, 147). Com o propósito de descrever, interpretar e analisar este processo, o conceito de populismo passou a ocupar um papel destacado no vocabulário político e no campo das ciências sociais latino-americanas, assumindo, graças ao seu sucesso, “a função de uma ‘teoria explicativa’ das sociedades latino-americanas, por meio da qual todo continente poderia ser pensado e compreendido” (AGGIO, 2003, 150). Ademais, revestido com o manto de uma “teoria explicativa”, o populismo foi apontado “como um fator essencial na explicação dos descaminhos trilhados pela modernização latino-americana, que teve no Estado seu elemento impulsionador fundamental” (AGGIO, 2003, 150). Não obstante, Aggio destaca como primeira corrente interpretativa do populismo àquela encabeçada pelos sociólogos argentinos Gino Germani e Torcuato Di Tella, em que os autores destacam o fracasso do processo de integração social verificado nas sociedades latino-americanas. Neste sentido, esta corrente conferiria destaque ao líder populista, uma vez que é ele quem forneceria às massas populares sua forma e representatividade. Já como representantes da

segunda corrente destacam-se os sociólogos brasileiros Francisco Weffort e Otavio Ianni, autores influenciados pelo marxismo e pela “teoria da dependência” e que elegem em suas análises o Brasil como paradigma histórico de suas interpretações, associando “o populismo ao processo de industrialização substitutiva de importações e às particularidades do desenvolvimento do capitalismo na América Latina” (AGGIO, 2003, 152). Em seguida, Aggio propõe a discussão dos dois principais fundamentos dessa “teoria explicativa”, a saber, a ausência de autonomia da classe operária e dos setores populares, bem como a adoção do paradigma europeu como constitutivo da modernidade. Sob a ótica dos representantes da segunda corrente interpretativa do populismo, este concebido como obstáculo ao avanço da democracia, “a tendência instituída pelo populismo foi a do encobrimento das diferenças de classe, bloqueando a emergência de projetos políticos diferenciados” (AGGIO, 2003, 156). Destarte, o populismo latino-americano é compreendido neste modelo de interpretação “como um movimento que faz parte dos processos de imposição da sociedade industrial, mas nos quais a classe operária e os setores populares apresentam-se como integralmente passivos, não se constituindo como ‘verdadeiros’ atores do processo” (AGGIO, 2003, 156). Avançando em suas observações, o autor destaca as propostas de Ângela de Castro Gomes – sobretudo a noção de “manipulação” e sua ambigüidade intrínseca: tanto uma forma de controle sobre as massas como uma forma de atendimento de suas reais demandas – e de José Murilo de Carvalho – populismo revestido de apelos paternalistas ou carismáticos, com ênfase numa certa relação de reciprocidade e mesmo de um “aprendizado democrático” – como releituras que se afastam das discussões teóricas e das “grandes sínteses” e, simultaneamente, da chamada “era do populismo”. Nas palavras de Aggio:

No essencial, pode-se dizer que o conceito de populismo acabou por viver um duplo destino: o de ser banalizado – especialmente nos media – como um termo que expressa estilos políticos de caráter depreciável e, de outro lado, se consubstanciar como uma ‘teoria explicativa’ que busca insistentemente afirmar o desastre que foi o percurso histórico latino-americano rumo à

modernidade, no qual a presença do Estado na vida social e econômica se fixa como seu elemento mais negativo e que necessita ser superado ou destruído (AGGIO, 2003, 162-163).

Diante da incapacidade do termo “populismo” poder explicar a contento a história política contemporânea da América Latina, Alberto Aggio sugere o uso do conceito *gramsciano* de “revolução passiva” como hipótese-base para compreendermos o desencadeamento de um processo histórico de transformação sem revolução. Neste caso, o conceito de “revolução passiva” explicaria com êxito a chamada “via do transformismo”, melhor dizendo, “a via de passagem para a modernização transitada pelas sociedades latino-americanas” (AGGIO, 2003, 163).

III. César Ricardo de Andrade: o populismo como uma designação essencialmente vaga

Tema cujo trânsito é inegável na história da América Latina, o conceito de populismo ocupa posição destacada no vocabulário político das ciências sociais latino-americanas. Nessa perspectiva, de acordo com César Andrade, o conceito foi utilizado para expressar o momento de superação dos regimes de dominação oligárquica dessa região. Todavia, o termo permanece “indecifrável”, na medida em que fracassaram as inúmeras tentativas em conferir ao conceito uma maior densidade teórica. O que salta aos olhos na análise do populismo é o fato de sua imprecisão terminológica não ter impedido sua extrema difusão. A este respeito, César Andrade advoga que um dos principais problemas enfrentados pelo uso do conceito de populismo reside na variedade de fenômenos rotulados por uma mesma designação que o mesmo pretende abarcar. Partindo de suas considerações: “limites geográficos, balizas temporais e formatos predeterminados são desconhecidos em sua difusão, redundando na completa impossibilidade de se verificar qualquer espécie de condicionamento em sua condução analítica” (ANDRADE, 2000, 6-7). Outro ponto enfatizado pelo autor diz respeito à tese de que as temáticas surgidas na trajetória do conceito não possuem uma origem histórica

específica, elemento que denotaria um olhar preconcebido acerca do fenômeno observado. O grande obstáculo no tratamento teórico do conceito seria a “expressiva quantidade de significados e características imputados ao termo, além da extrema diversidade do uso desse conceito em experiências fundamentalmente diferentes, que se convencionou denominar na historiografia como populistas” (ANDRADE, 2000, 8-9). Ademais, para César Andrade, ainda que o populismo tenha sido utilizado como a mais importante categoria de interpretação da realidade latino-americana contemporânea, “jamais produziu-se consenso acerca de parâmetros para sua delimitação” (ANDRADE, 2000, 8). No limite, como entender a especificidade de um conceito que se pretende tão abrangente? Acrescentemos: como se posicionar diante de inúmeras divergências, sobretudo no que diz respeito às diferentes versões engendradas pelos autores acerca do “programa populista”? A saída para tal problema – a disparidade de caracterizações que envolvem o populismo – poderia ser encontrada se examinássemos nos diversos movimentos tidos como populistas elementos que permitissem detectar a “existência de um algo em comum”. Além de investigar o “problema”, apontar a “saída”, reconhecer “usos e abusos” inerentes a um conceito tão enigmático, Andrade assevera que “não se sabe realmente o que pode ser tomado por populista nesses fenômenos, cuja aproximação [...] reflete uma percepção da história latino-americana fundada em linhas interpretativas [...] por meio de grandes modelos explicativos” (ANDRADE, 2000, 17-18). Dessa maneira, os grandes modelos explicativos estariam calcados num enfoque estrutural, vinculando mecanicamente o populismo ao desenvolvimento do capitalismo na região. Tomado como uma designação sintetizada de todo o período analisado, o conceito de populismo tornaria inviável o aprofundamento da análise, uma vez que privilegiaria “a utilização de esquemas generalizantes e freqüentemente arbitrários” (ANDRADE, 2000, 19-20). Trocando em miúdos, para exemplificar a falta de critérios no emprego do termo bastaria uma análise mais detida de experiências rotuladas como “populistas” para percebermos que

estas últimas não compartilham de uma mesma base social, ou de uma mesma origem histórica ou sequer um mesmo corpo de idéias (ANDRADE, 2000, 20).

IV. Ernesto Laclau: o populismo enquanto conceito

A obra de Laclau certamente destaca-se pelo viés crítico, especialmente no que diz respeito à lógica de formação das identidades coletivas. Dito isto, sua proposta parte de uma insatisfação básica com as perspectivas sociológicas que consideram todo grupo como unidade básica de análise do tecido social. Vale dizer, nos termos de Laclau, que tais perspectivas intentaram transcender essa unidade através de paradigmas holísticos (funcionalistas e estruturalistas). Não obstante, o autor advoga que a unidade de qualquer agrupamento social tem como resultado uma articulação de demandas. Partindo das reflexões engendradas por Freud (laço social → laço libidinal), Ernesto Laclau advoga que é o “afeto” que organiza e, ao mesmo tempo, compõe o todo social. Em última instância, os laços afetivos garantiriam a coesão das massas. Neste sentido, outras considerações *freudianas* também são tomadas como ponto de partida para a construção da proposta de Laclau acerca do estudo do populismo, como por exemplo o amor comum pelo líder como fator-chave de identificação entre membros de um determinado grupo social. Além disso, o autor propõe o uso de categorias para explicar o político, quais sejam, lógicas de “diferença” e “equivalência”. Consciente da imprecisão dos limites que o termo “populismo” encerra, o autor atesta que o populismo não possui qualquer unidade referencial. Como bem adverte o autor, o populismo não estaria vinculado a um fenômeno delimitável, senão a uma lógica social cujos efeitos atravessam uma variedade de fenômenos. Portanto, na perspectiva de Laclau, o populismo seria simplesmente um modo de construir o político. Chamando atenção para as ambigüidades e os paradoxos inerentes ao termo “populismo”, seja como categoria de análise do político e/ou uma noção recorrente marcada pelo uso generalizado, o autor sublinha o seu caráter

descritivo, sobretudo em termos de uma ampla variedade de fenômenos políticos. Neste sentido, situado entre o “descritivo” e o “normativo”, o conceito de populismo almejaria captar algo de significativo acerca das realidades políticas e ideológicas sobre as quais se refere. De fato, não haveria, diz Laclau, qualquer clareza no que tange ao conteúdo de sua atribuição. Ademais, um aspecto característico presente na literatura sobre o tema residiria na dificuldade em conferir um significado preciso ao conceito. A hipótese-base sustentada pelo autor pode ser pontuada da seguinte maneira:

O impasse que experimenta a teoria política com o populismo está longe de ser casual, uma vez que encontra sua raiz na limitação das ferramentas ontológicas atualmente disponíveis para uma análise do político; o ‘populismo’ refletiria algumas das limitações inerentes ao modo em que a teoria política tem abordado a questão de como os atores sociais ‘totalizam’ o conjunto de sua experiência política (LACLAU, 2007, 16).

Mais adiante, Laclau assinala a grande dificuldade encontrada na literatura sobre o populismo: “quanto mais determinações se incluem em seu conceito geral, menos capaz é o de hegemonizar uma análise concreta” (LACLAU, 2007, 22). Numa polêmica suscitada pelo autor Kenneth Minogue em *O populismo como movimento político*, levando em conta que o argumento central de Minogue reside na distinção entre “ideologia” e “movimento”, Laclau lança a seguinte pergunta: como separar de modo tão estrito a ideologia do movimento? Segundo Laclau, tal distinção evoca uma antiga diferenciação entre as idéias na cabeça dos homens e as ações levadas a cabo por eles. Ancorado na teoria dos atos de linguagem, o autor afiança que os discursos como “totalidades estruturadas” articulam elementos tanto lingüísticos como não-lingüísticos, o que tornaria insustentável a assertiva de Minogue no estudo do populismo. Tornada irrelevante esta distinção, “[...] o que importa é sim determinar as seqüências discursivas por meio das quais um movimento ou uma força social leva a cabo sua ação política global” (LACLAU, 2007, 27). Na tentativa de se distanciar ainda mais de grande parte da literatura sobre o populismo, o autor ainda destaca que uma aproximação do

populismo em termos de “anormalidade”, “desvio” ou “manipulação” torna-se estritamente incompatível com sua estratégia teórica. Laclau também reconhece a importância do trabalho de Peter Worsley em *O conceito de populismo*, na medida em que Worsley evita qualquer intento reducionista e simplista ao conceber a “manipulação” como dimensão necessariamente constitutiva do populismo. Para Worsley, o populismo não pode ser percebido como um tipo de organização ou ideologia a ser comparado com o liberalismo, o comunismo e mesmo o socialismo, a não ser como uma dimensão da cultura política que pode estar presente em movimentos de significado ideológico distintos. Em boa medida, o populismo examinado com acuro nos facultaria a trabalhá-lo enquanto uma dimensão da cultura política em geral, e não simplesmente como um tipo particular de sistema ideológico geral ou forma de organização. De acordo com Laclau, se o populismo define-se apenas em termos de “vacuidade”, “imprecisão”, “pobreza intelectual”, e mesmo como um fenômeno de caráter puramente “transitório”, “manipulador” em seus procedimentos, não haveria maneira de determinar sua diferença específica em termos “positivos”. Pelo contrário, melhor dizendo, “todo o esforço parece apontar a separação entre o que é racional e conceitualmente apreensível na ação política de seu oposto dicotômico: um populismo concebido como irracional e indefinível” (LACLAU, 2007, 31). Tal concepção relegaria o populismo a um nível meramente epifenomênico. Dito isto, dentro da literatura sobre o tema, diz o autor, há que se ressaltar dois pressupostos pejorativos vinculados ao populismo: 1) O populismo seria vago e indeterminado tanto para o público ao qual se dirige como em seu discurso e, por conseguinte, em seus postulados políticos; 2) O populismo como mera retórica. A este respeito, o autor deixa uma questão em aberto:

[...] o populismo é realmente um momento de transição derivado da imaturidade dos atores sociais destinado a ser suplantado em uma fase posterior, ou constitui uma dimensão constante da ação política, que surge necessariamente (em diferentes níveis) em todos os discursos políticos,

subvertendo e complicando as operações das ideologias supostamente ‘mais maduras’? (LACLAU, 2007, 33).

Para Laclau, urge trabalharmos o populismo enquanto conceito, já que nunca fora pensado realmente em sua especificidade, isto é, como uma forma legítima entre outras de construir o vínculo político. Em linhas gerais, poderíamos conceber o populismo como uma ideologia ou um tipo de mobilização de um grupo já constituído. Ou ainda, conceber o populismo como uma das formas de constituir a própria unidade do grupo. Por fim, Laclau assinala duas pré-condições de emergência do populismo: 1) a formação de uma fronteira interna antagônica separando o “povo” (relação real entre atores sociais) do poder; 2) uma articulação “equivalencial” de demandas que tornam possível o surgimento do “povo”. Ademais, um certo grau de crise da antiga estrutura, postula Laclau, é necessária como pré-condição do populismo, já que, como temos visto, as identidades populares requerem cadeias “equivalenciais” de demandas insatisfeitas. A noção desenvolvida de populismo levada a efeito pelo autor não implicaria a determinação de um conceito rígido ao qual poderíamos destacar inequivocamente certos objetos, senão o estabelecimento de uma área de variações dentro da qual inscreveríamos uma pluralidade de fenômenos (LACLAU, 2007, 219). Propondo um diálogo com Yves Surel, o autor também assevera que no populismo as relações com a ordem institucional tornam-se mais ambíguas. Nessa perspectiva, ambos comungam da tentativa de rechaçar uma série de identificações que empobrecem a noção de populismo, limitando-a aos movimentos de direita radical. Finalmente, o que os autores criticam de forma contundente pode ser resumido na seguinte assertiva: o populismo não necessariamente implicaria uma manipulação cínica ou instrumental por parte dos políticos. Desse modo, o populismo não se caracteriza como uma “constelação fixa”, mas sim como um arsenal de ferramentas retóricas (“significantes flutuantes”) que podem ter os usos ideológicos mais diversos (LACLAU, 2007, 237).

V. Conclusões Provisórias

É inegável que a crescente insatisfação com o uso do conceito de “populismo”, sobretudo entre fins dos anos 1970 e início dos 1980, guarda uma profunda relação com a crise dos paradigmas “totalizadores” (funcionalismo, estruturalismo, marxismo). Como bem observa Jorge Ferreira, um cenário de “populistas” e “pelegos” foi formulado pelas oposições liberais para definir os contornos da política brasileira entre 1930 e 1964, tornando-se uma das mais bem-sucedidas imagens consolidadas no campo das ciências humanas no Brasil. Dessa maneira, tal imagem “foi apropriada pela teoria, e esta, por sua vez, reforçou a própria imagem, sedimentando, na dimensão imaginária de gerações de alunos de cursos de níveis médio e superior na área de ciências humanas, a idéia de que teria existido um ‘populismo na política brasileira’” (FERREIRA, 2001: 10).

Para Angela de Castro Gomes o conceito de populismo deve ser rejeitado pois não atribui aos trabalhadores um papel ativo, isto é, uma presença constante na interlocução com o Estado. Isto posto, repensar as relações entre os trabalhadores e o Estado a partir do “pacto trabalhista” “significava reconhecer um diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados mas igualmente capazes não só de se apropriar das propostas político-ideológicas um do outro, como de relê-las” (GOMES, 2001: 46-47). Insatisfeita com a elasticidade da noção de “populismo”, tornando-a muitas vezes a-histórica, Gomes se aproximou da abordagem da história dos conceitos para rebater a tese de uma “classe trabalhadora passiva e sem consciência, sendo ‘manipulada’ por políticos inescrupulosos que a ‘enganavam’, e que não tinham, na verdade, representatividade política e social” (GOMES, 2001: 55).

Na perspectiva de Alberto Aggio haveria uma espécie de diálogo entre “mudança” e “conservação” no processo de construção do Estado nascido do movimento político-militar

ocorrido no Brasil em 1930. Dito isto, a questão recairia em saber qual das duas dimensões acabou por predominar no redirecionamento das sociedades latino-americanas no contexto de superação da crise das oligarquias. Não obstante, como temática ou mesmo uma “teoria explicativa”, o populismo deve fazer parte do campo de investigação centrado na história intelectual da América Latina, diz o autor, “uma vez que ainda admitido como ‘um dado da experiência’, o que o termo encerra é basicamente insuficiente em seu poder explicativo a respeito da história política contemporânea da América Latina” (AGGIO, 2003: 162). Dessa maneira,

[...] o fenômeno e as práticas do que até então vem sendo compreendido como populismo poderiam ser vistos, de acordo com nosso entendimento, como dimensões constitutivas das diversas modalidades de ‘revolução passiva’ que, de alguma forma e apesar de muitos de seus aspectos negativos, promoveram avanços econômicos, fundamentados na industrialização, bem como uma determinada modernização política que, de nenhuma maneira, podem ser desprezadas (AGGIO, 2003: 164).

Como entender a especificidade de um conceito que se pretende tão abrangente? César Ricardo de Andrade chama atenção para a impossibilidade de equiparação entre a experiência latino-americana e as demais versões do populismo, na medida em que seriam movimentos fundamentalmente dessemelhantes, sem qualquer equivalência histórica (ANDRADE, 2000: 13). Em seguida, o autor ressalta que o conceito fora utilizado para dar conta de uma realidade social até então inédita, na qual as classes populares passaram a desempenhar um papel político e social relevantes, sobretudo no processo de modernização ocorrido na América Latina. Diante de tais vertentes interpretativas que pretenderam compreender essa realidade por intermédio de grandes modelos explicativos, diz Andrade, “a impressão que fica é a de que não havia reais alternativas aos atores políticos desses países. Imperativo, o fenômeno populista teria afligido toda a sociedade latino-americana” (ANDRADE, 2000: 18). Nas diversas abordagens examinadas, seguindo Andrade, “[...] julgava-se que o termo deveria demonstrar a capacidade de se adaptar e se moldar a movimentos aprioristicamente definidos

como populistas. [...] O resultado final desse processo é um conceito superficial, totalmente destituído de sentido e de valor explicativo” (ANDRADE, 2000: 21).

Ao analisar o caso latino-americano, Laclau advoga que os movimentos populistas foram essencialmente “populismos de Estado”, na medida em que almejaram reforçar o papel do Estado central em sua oposição às oligarquias agrárias. Por essa razão, afirma Laclau, foram principalmente movimentos urbanos, associados com as emergentes classes médias e populares entre os anos de 1910 a 1950 (LACLAU, 2007: 238). De acordo com o autor, “um sistema eleitoral controlado pelos setores agrários locais nos distritos rurais, junto com setores urbanos incipientes igualmente controlados mediante redes clientelistas, foi a fórmula política que presidiu o desenvolvimento econômico e a integração da América Latina ao mercado mundial durante a segunda metade do século XIX” (LACLAU, 2007: 239).

Por outro lado, o desenvolvimento econômico provocou uma rápida urbanização e a expansão das classes médias e baixas, que entre fins do século XIX e começo do século XX (segundo o país analisado), começaram a demandar políticas redistributivas, bem como maior participação política. Na esteira das observações do autor, surge então um cenário político típico: a acumulação de demandas insatisfeitas que se cristalizaram em torno de nomes de lideranças populares e um antigo sistema clientelista que recuava frente a qualquer ampliação política importante. Mesmo Vargas e o *Estado Novo* no Brasil, como o peronismo na Argentina e os governos do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) na Bolívia, implementaram programas redistributivos e reformas democráticas sob regimes políticos claramente antiliberais e, em alguns casos, abertamente ditatoriais. Vale ressaltar, seguindo Laclau, que nestes casos, o “povo” constituído mediante as mobilizações associadas a estes regimes possuiria um forte componente *estatista*. Em síntese, a construção de um Estado nacional forte em oposição ao poder oligárquico, afirma Laclau, foi a marca característica

deste populismo⁴. Não só: nos populismos latino-americanos haveria também o predomínio de um discurso *estatista* dos direitos dos cidadãos (LACLAU, 2007: 240).

Mas aí vem a pergunta: é possível reduzir personagens de tradições políticas distintas a um mesmo rótulo? Segundo Ernesto Laclau, é possível definirmos conceitualmente o populismo não como um tipo de movimento – identificado com uma base social especial ou mesmo com uma determinada orientação ideológica, – senão como uma *lógica política* (LACLAU, 2007: 150). E mais: a linguagem de um discurso populista – seja ela de esquerda ou de direita – sempre será “impreciso” e “flutuante”: “não por alguma falha cognitiva, mas porque intenta operar performativamente dentro de uma realidade social que é em grande medida heterogênea e flutuante”. O autor considera este momento de ambigüidade e imprecisão, sem qualquer conotação pejorativa, como um componente essencial em qualquer operação populista (LACLAU, 2007: 151). Mesmo que o conceito de populismo apresente inúmeras contrapartidas teórico-metodológicas, não devemos nos sucumbir ao que Laclau chamou de “terrorismo das palavras”. O autor faz menção ao tratamento de alguns temas, sobretudo políticos, sob a ótica da condenação ética como precedente analítico:

Não há nada de mal em condenar o Holocausto. O que é incorreto é que essa condenação substitui a explicação, que é o que ocorre quando certos fenômenos são percebidos como aberrações carentes de toda causa racional compreensível. Somente podemos começar a entender o fascismo se o vemos como uma das possibilidades internas inerentes a nossas sociedades, não como algo que está fora de toda explicação racional (LACLAU, 2007: 310).

No limite, o que Laclau postula em sua obra é o retorno do “povo” como categoria política que indicaria “formas particulares e contingentes de articular as demandas”. Num ponto em específico os autores poderiam concordar: “as mudanças inerentes às relações sociais no mundo em que vivemos são mais profundas que no passado. Neste sentido, as

⁴ A este respeito, consultar o tópico “Variaciones Populistas” (III) da obra de Ernesto Laclau, especialmente o capítulo “La Saga Del Populismo”. pp. 219-247.

categorias que sintetizavam a experiência social estão se tornando cada vez mais obsoletas”
(LACLAU, 2007: 310).

Referências Bibliográficas:

AGGIO, Alberto. A emergência de massas na política latino-americana e a teoria do populismo. In: AGGIO, A. & LAHUERTA, M. (orgs.). *Pensar o século XX – problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

ANDRADE, César Ricardo de. *O conceito de populismo nas ciências sociais latino-americanas: história, representação e debate ideológico*. Dissertação de Mestrado em História. Franca: UNESP, 2000.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.